

HISTÓRIA CULTURAL DA IMPRENSA

Edvaldo Correa SOTANA

Resenha de BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007, 264p.

O interesse dos pesquisadores pela imprensa escrita brasileira não é recente. Por muito tempo, as entrevistas, as notícias e os editoriais serviram como fonte para o trabalho dos historiadores. Recentemente, os jornais também começaram a ser tomados como objetos de estudo. O desenvolvimento e a constituição das empresas jornalísticas, a atuação política dos jornais, a relação entre Estado, partidos e imprensa escrita, a redação como espaço de sociabilidade entre intelectuais e a modernização da imprensa escrita brasileira são alguns dos temas presentes nos diversos trabalhos realizados. Esse conjunto de preocupações motivou a produção do trabalho intitulado **História Cultural da Imprensa**, redigido pela pesquisadora Marialva Barbosa.

É certo que Barbosa não procurou estudar toda a imprensa brasileira, já que essa se ateve no formato escrito, situada na cidade do Rio de Janeiro, entre os anos de 1900 e 2000. Além de recorrer ao noticiário dos próprios jornais, tomou os “vestígios” que informam sobre uma “dada história da imprensa na cidade do Rio de Janeiro” (p. 14), tais como textos ficcionais, entrevistas de jornalistas e cartas de leitores, para interpretar o que denominou de “sinais” que chegam até o presente.

Mesmo com essa diversidade de fontes, a pesquisadora utilizou prioritariamente o material veiculado pelos jornais cariocas. As propostas, os projetos e as idéias do *Jornal do Brasil*, do *Correio da Manhã*, do *Globo* e do conglomerado jornalístico *Diários Associados* aparecem em diversas passagens do livro. A autora procurou, então, construir uma história cultural da imprensa carioca, por ela concebida como um processo complexo em que podem ser “engendradas relações sociais, culturais, falas e não ditos”. Enganam-se, porém, aqueles que pensam que a autora descuidou do risco de cometer generalizações. Com certo rigor metodológico, objetivou evitar possíveis generalizações tendo com base alguns casos particulares ou, como registrou, “não se pode generalizar as conclusões para todos os contextos, já que cada espaço social possui uma conformidade histórica, uma trajetória particular.” Assim sendo, não pretendeu estabelecer identificações entre os jornais produzidos no Rio de Janeiro com aqueles provenientes de outras partes do Brasil.

Esse não foi, contudo, o seu único cuidado. Barbosa também se mostrou crítica aos autores “tributários” de uma “idéia de história linear, orientada e baseada em grandes feitos” da

imprensa escrita brasileira, sem o estabelecimento de conexões entre “as características descritas e observadas nos periódicos com as transformações históricas e sociais”. Por diversos momentos, posicionou-se contrariamente aos estudos que estabelecem “fatos marcantes” para tratar da transformação dos periódicos nacionais. Adotou essa postura, por exemplo, ao dissertar sobre a modernização da imprensa carioca. Esse é, aliás, um tema extremamente debatido pela historiografia.

Em **História da Imprensa no Brasil** (1967), Werneck Sodré ressaltou que a transição da imprensa artesanal para a industrial teve início no final do século XIX e, com a posterior introdução de inovações técnicas, alguns jornais desenvolveram estrutura organizacional empresarial. Com isso, diversos periódicos ingressam na fase industrial e passaram a tomar as notícias como mercadoria. No seu **Jornal, história e técnica** (1967), o pesquisador Juarez Bahia defendeu que a imprensa escrita brasileira se desenvolveu em três fases distintas e complementares. Para ele, entre 1808 e 1880, os jornais atravessaram uma fase artesanal, sobretudo por serem produzidos em condições técnicas precárias. Em seguida, ingressaram numa fase industrial com a presença de anúncios em cores, o surgimento das agências de publicidade e a reformulação do aparelhamento técnico. Por último, transformaram-se em empresas de comunicação e adotaram o modelo norte-americano de jornalismo, considerado mais objetivo e distante dos partidos e posicionamentos políticos. De acordo com as suas observações, essa terceira fase teve início após o final da Segunda Guerra Mundial e a queda do Estado Novo. Alzira Alves de Abreu também efetua discussão semelhante. Ao seguir suas considerações, no livro **A imprensa em transição** (1996), pode-se constatar que a substituição do jornalismo de crítica e opinião pelo chamado “novo jornalismo” ocorreu a partir da década de 1950. Os três autores procuram, portanto, estabelecer marcos cronológicos para a modernização da imprensa escrita brasileira. É justamente nesse ponto que reside à oposição de Barbosa.

A **História Cultural da Imprensa** explica todo o processo de modernização do jornalismo, atribuído por muitos autores à década de 1950, como decorrente das transformações anteriores. Para Barbosa, o período “sedimentou uma série de mudanças que já vinham sendo implementadas desde a primeira década do século XX”. Em outra passagem, fica ainda mais clara a sua perspectiva “as bases para a construção do ideal de objetividade do jornalismo, que seriam aprofundadas com as reformas por que passariam os jornais cinquenta anos mais tarde, estão lançadas na virada do século XIX para o XX. A rigor, o mito da objetividade deve ser percebido na longa duração, como um simbolismo construído pelas próprias empresas jornalísticas para assim cunhar uma distinção (...)” (p. 40).

Desse modo, a autora não tomou os anos 1950 como momento fundador de um novo jornalismo, imagem que, para ela, foi constituída “na memória do grupo” de jornalistas que reivindica esse papel. De acordo com suas próprias formulações, os anos 50 passam para a

história “do jornalismo carioca como sendo o de sua modernização. Através dos depoimentos dos jornalistas que participam desse processo, mostramos que essa modernização é uma construção discursiva dos homens de imprensa numa luta permanente pelo direito de significar” (p. 19)

Barbosa objetivou demonstrar, assim, que os responsáveis pelas modificações na diagramação, no formato, no conteúdo e na estrutura organizacional dos periódicos cariocas lutaram simbolicamente para obter o direito de instituir os marcos fundadores da modernização da imprensa escrita brasileira. Ao interessado nessa problemática parece necessário, contudo, buscar outros dados ou “vestígios” para discutir como os próprios membros do *campo jornalístico* procuram representar o mundo de modo a se distinguirem dos demais jornalistas.

Vale indicar, por fim, que sua agradável narrativa recorre aos parâmetros factuais para construir essa história cultural da imprensa, já que é tarefa árdua tratar de cem anos de imprensa escrita sem que, para isso, o pesquisador tenha que escolher alguns momentos. Ao leitor, resta avaliar a importante discussão realizada por Marialva Barbosa.

Recebido para publicação em maio de 2008.
Aprovado para publicação em junho de 2008.